Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Consensualidade regulatória no setor de telecomunicações

Alexandre Freire 9

1 Introdução 9
2 A experiência da Anatel em processos sancionadores 10
3 A autocomposição na Anatel 12
4 O caso Winity/Telefônica 15
5 O caso Oi 18
6 Conclusões 19
Referências 21

A infraestrutura sob as rédeas do direito: há desenvolvimento no fim do túnel?

Alisson de Bom de Souza 23

Introdução 23
1 Infraestrutura e sua tríplice função 25
1.1 Função de atividade administrativa 26
1.2 Função de garantia 27
1.3 Função de direito 29
2 Infraestrutura e interdisciplinaridade 31
2.1 Infraestrutura e economia 31
2.2 Infraestrutura e tecnologia 36
2.3 Infraestrutura e direito 39
3 O conceito jurídico de infraestrutura 41
3.1 Infraestrutura como rede 47
3.2 Qual a contribuição do direito para o pleno desenvolvimento de infraestruturas? 49
Considerações finais 55
Referências 56

A concorrência na defesa da concorrência: a concorrência como interesse difuso e como mecanismo de organização social dos interesses difusos

Andreia Cristina Bagatin 59

1 Introdução 60
2 A noção sociológica de concorrência 61
3 A noção de interesses difusos 65
4 A visão dupla da concorrência: a concorrência como interesse difuso e a concorrência entre interesses na tutela dos interesses difusos 69
4.1 A concorrência como interesse difuso 69
4.2 A concorrência como “fato social” mediador de múltiplos interesses: o caso do cartel de gases medicinais e industriais 71
4.2.1 O julgamento pelo CADE 72
4.2.2 A persecução criminal 73
4.2.3 A tutela reparatória cível: coletiva e individual 76

4.2.4 Conclusão parcial 84
5 Considerações finais 86
Referências 87

Uma introdução à análise macro e microjurídica e as políticas públicas
Fernando Facury Scaff 89

Introdução 89
I o macro e o microjurídico 90
a) A distinção decorre do objeto analisado 90
b) A distinção entre o direito público e o privado 94
c) A distinção entre o Estado Liberal e o Contemporâneo 95
d) A distinção e as disciplinas jurídicas 96
e) Uma fonte teórica para essa distinção e as justiças 98
II As políticas públicas inseridas no macrojurídico 101
III Consequência dessa distinção no âmbito da justiça 105
Conclusões e novos desafios 106
Referências 107

A concessão de serviços públicos na área de saneamento básico em Ribeirão Preto
Márcia Walquiria Batista dos Santos, **Jéssica Carolini Fernandes Lico**, **João Eduardo Lopes Queiroz** 109

1 Introdução 110
2 A política brasileira de saneamento e a participação do capital privado 115
2.1 O modelo de centralidade 118
2.2 A participação da iniciativa privada 120
3 A concessão de esgotos em Ribeirão Preto 125
3.1 O modelo adotado 125
3.2 A concessão e seus resultados 131
4 Novas perspectivas 139
4.1 Novo marco regulatório do saneamento 139
4.2 ARES-PCJ 141
5 Conclusão 143
Referências 146

Ricochetes nas concessões de uso de bens públicos nos aeroportos em razão das concessões de serviço público
Raphael Boechat Alves Machado, **Guilherme Ribeiro Valadares do Amaral** 149

1 Introdução 149
2 Historicidade e base legal da concessão de uso do bem público 151
3 A concessão de serviço público e a concessão de bem público: duas retas paralelas? 154
4 Subconcessão e locação – Uma nova fronteira para a desestatização 158
5 Os custos importam – Justificativa para uma interpretação sistêmica 162
6 Conclusão 165

Contratação pública e resolução efetiva de litígios em Portugal
Ricardo Pedro 169

1 Introdução 169
2 Processo e juízos especializados em contratação pública 170
2.1 Processo jurisdicional urgente da contratação pública 171
2.2 Juízos especializados de contratação pública 172

3 Arbitragem de contratação pública 173
3.1 Introdução 173
3.2 Regime do CPTA: dimensão processual 175
3.3 Regime do CCP: dimensão institucional 176
4 Contratação pública e arbitragem necessária? 179
5 Conclusões 182
Referências 183

CADERNO ESPECIAL: PROJETO DIREITO ADMINISTRATIVO DA INFRAESTRUTURA – DAI

Apresentação – Pesquisa coletiva sobre saneamento básico
Rodrigo Pagani de Souza 189

A nova regionalização do saneamento básico no Brasil: os Estados despontam como coordenadores da cooperação interfederativa
Rodrigo Pagani de Souza, **Sebastião Botto de Barros Tojal**, **Vera Cristina Caspari Monteiro**, **Hector Augusto Berti Corrêa**, **Juliana Santos Pinto Coelho**, **Karen Amaral Alves**, **Lucas Gabriel Campos Balog** 191
Introdução 192
I A nova regionalização do saneamento básico no Brasil 196
1 O novo e o velho modelo de regionalização 196
2 Conceitos-chave: formas de regionalização e estruturas de governança 197
3 O desafio: entender a nova regionalização em construção pelos Estados 204
4 A questão: quem e como coordenará a cooperação? 205
5 A premissa: o papel dos Estados na agenda de coordenação administrativa 205
6 A hipótese: a nova legislação promove centralização para coordenação 210
7 O método: levantamento e análise de legislação 212
II Aspectos da governança da prestação regionalizada nas novas leis estaduais 213
1 Formas de regionalização 213
2 Estruturas de governança interfederativa 218
2.1 Panorama das atribuições das estruturas de governança 218
2.2 Panorama do peso do voto dos Estados 223
2.3 Estruturas de governança típicas de cada forma de prestação 225
3 Adoção das normas de referência da ANA 244
Conclusões 248
Referências 251

Instruções para os autores 255